

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Matriz de Gerenciamento de Riscos 69/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

69/2025

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de serviços contínuos de engenharia para a realização de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em condicionadores

Responsável pela Edição

JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO

Data de Criação

11/10/2025 16:02

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Especificação deficiente da demanda	Falta de detalhamento técnico, ausência de consulta aos usuários finais	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Objeto inadequado, aditivos e retrabalho					
Ações Preventivas						
P-01	- Validar a especificação com o setor demandante; - Utilizar formulários de especificação atualizados e revisados; - Revisar criticamente o Termo de Referência e anexos antes da publicação; - Designar os membros da equipe de planejamento considerando a proximidade com o tema da demanda; - Capacitação da equipe de planejamento da contratação					Responsável: nenhum
Ações de Contingência						
C-01	Envolver equipe multidisciplinar; Realização de Estudo Técnico Preliminar (ETP) bem estruturado; Validação com setor demandante.					Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não consideração de todos os aspectos necessários à análise de viabilidade da contratação	Ausência de estudos sobre as soluções disponíveis no mercado e a viabilidade de contratação pelo órgão; ETP insuficiente para embasar o prosseguimento do planejamento da contratação. Não verificação quanto à viabilidade orçamentária necessária para a contratação; Enquadramento incorreto da demanda quanto ao grau de urgência e prioridade da contratação; Inexperiência da equipe de planejamento.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Planejamento incompleto, inviabilizando a execução					
Ações Preventivas						
P-01	Aplicar integralmente os elementos previstos no ETP; Incluir análise de alternativas, benefícios, riscos, e sustentabilidade; Integrar todas as unidades técnicas pertinentes desde o início do planejamento; validar o ETP com supervisão técnica.					Responsável: nenhum
Ações de Contingência						
C-01	etomar o ETP com apoio técnico; Consultar experiências similares anteriores para enriquecer a análise e viabilidade de soluções.					Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Termo de Referência /Projeto Básico mal elaborados.	Falta de preparo da equipe de planejamento; Falta de conhecimento sobre o tema (objeto /mercado/legislação); Utilização de peças de planejamento de contratações anteriores sem os devidos ajustes ou as devidas atualizações	Planejamento	Administração	Médio	

pertinentes; Incongruência entre as Unidades envolvidas; Pressa em função da urgência para a contratação do objeto.

Impactos	
1	Fragilidade no instrumento convocatório, risco de impugnações
Ações Preventivas	
P-01	Aplicar checklists de especificações e critérios objetivos; Capacitação prévia da equipe sobre elaboração de Termo de Referência /Projeto Básico; Necessidade de alinhamento com os estudos preliminares; Reuniões do início ao fim do planejamento entre a Comissão de Planejamento e as Unidades envolvidas; Utilização de ferramentas de análise de instrumentos sobre contratações semelhantes realizadas por outros Órgão
	Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Retificação do que estiver inadequado, caso ainda seja possível; Cancelamento da contratação
	Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Deficiência inobservância análise de risco	Desconhecimento da metodologia de gestão de riscos: inexistência de mapeamento, havendo mais imprevisto que planejamento; Falta de capacitação da equipe em gestão de riscos; Subestimar a importância do mapa de riscos para o sucesso da contratação.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos	
1	Não identificação de riscos relevantes, falhas na execução
Ações Preventivas	
P-01	Adotar metodologia padronizada de gestão de riscos; Promover oficinas de mapeamento de riscos com a equipe; Incorporar a gestão dos riscos como etapa obrigatória no planejamento; Observância da Matriz de Risco e Controle da Instituição; Capacitação da Equipe de Planejamento
	nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Aplicar metodologia de análise de riscos, se ainda for possível;
	Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Elaboração inadequada do Estudo Técnico Preliminar	Levantamento superficial da demanda; Falta de análise de viabilidade técnica realizada por pessoa ou equipe capacitada; Falta de compreensão do objetivo do ETP; Não realização de pesquisa de mercado; Limitação de tempo ou de recursos para o levantamento técnico.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos	
1	Estudos insuficientes comprometendo decisões
Ações Preventivas	
P-01	Treinar a equipe sobre a importância e estrutura do ETP; Utilizar modelos/roteiros oficiais (Ex: AGU); Envolver equipe multidisciplinar na elaboração; Validar com a área demandante e com as unidades afetadas; Pesquisar e analisar ETPs de outros órgãos relacionados ao mesmo objeto ou tema.
	nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Revisão e retificação do documento, se ainda for possível; Descartar o ETP e reiniciar o planejamento da contratação.
	Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Estimativa de preços subestimada	Pesquisa de preços mal elaborada; Imprecisão da descrição do objeto pelo setor requisitante; Pesquisa de mercado limitada ou desatualizada; Desconsideração de custos ocultos ou variáveis econômicas; Falta de consulta a bancos de preços oficiais.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos	
1	Risco de propostas inexequíveis, descontinuidade contratual
Ações Preventivas	
P-01	Pesquisar preços em fontes confiáveis (ex.: Painel de Preços, Banco de preços); Atualizar a pesquisa sempre que houver fato relevante no mercado que possa impactar no preço do objeto; Capacitação para "pesquisa de preços"
	Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Descrição correta e completa dos itens pelo setor demandante; Realização de nova pesquisa de preços.
	Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Estimativa de preços superestimada	Utilização de requisitos desnecessários na descrição do objeto; Pesquisa de preços mal elaborada, por desconhecimento ou por falta de método assertivo; Cotação majorada intencionalmente por representantes ou fornecedores, considerando a contratação por entidade pública; Reprodução de objetos contratados por outros órgãos.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos

1 Superfaturamento, prejuízo ao erário

Ações Preventivas

P-01 Pesquisar preços em fontes confiáveis (ex.: Painele de Preços, Banco de preços); Atualizar a pesquisa sempre que houver fato relevante no mercado que possa impactar no preço do objeto; Revisão da descrição e especificação do objeto a ser contratado; Capacitação para "pesquisa de preços". **Responsável:** nenhum

Ações de Contingência

C-01 Realização de nova pesquisa de preços, se ainda for possível; Realização de nova descrição ou especificação do objeto; Cancelamento da contratação. **Responsáveis:** JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Desalinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA)	Falta de alinhamento entre as unidades demandantes e requisitantes; Demandas emergenciais sem justificativa, inviabilizando a análise e aprovação da contratação; Comunicação falha entre setores demandantes e setor requisitante; Não obediência aos prazos legais previstos para inserção da demanda Não atualização do PCA após mudanças de prioridades e análise de viabilidade das contratações.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Irregularidade no processo e apontamentos em auditoria

Ações Preventivas

P-01 Atualizar o PCA periodicamente com base nas demandas reais; Utilizar mecanismos de integração e alinhamento do planejamento com as unidades requisitantes e demandantes; Revisar o PCA antes de iniciar novos processos de contratação; Previsão de reuniões entre as equipes de planejamento e unidades demandantes. **Responsável:** nenhum

Ações de Contingência

C-01 Inserção emergencial da demanda no PCA com justificativa pertinente quanto à previsão fora dos prazos legais; Reanálise quanto à necessidade de contratação do objeto. **Responsáveis:** JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Enquadramento incorreto da modalidade da compra direta	Desconhecimento da legislação pela equipe de planejamento; Falha na elaboração do ETP, mais especificamente na descrição das soluções disponíveis; Falta de capacitação da equipe de planejamento.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Elaboração falha do TR/ETP, risco de impugnações

Ações Preventivas

P-01 Exposição da fundamentação legal no ETP, correlacionando com a modalidade que deverá ser utilizada; Apresentação e aprovação de justificativa quanto à modalidade de compra direta selecionada, já no ETP; Capacitação prévia da equipe de planejamento da contratação; Pesquisa sobre processos de contratações semelhantes realizadas pelo próprio órgão ou por outros. **Responsável:** nenhum

Ações de Contingência

C-01 Cancelamento da contratação; Realização de um novo planejamento da contratação. **Responsáveis:** JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Estimativa de quantidade inadequada	Erro no dimensionamento pela equipe de planejamento; Ruídos na comunicação entre a equipe de planejamento e as unidades demandantes; Falta de transparência nas informações disponíveis; Ausência de dados suficientes para embasar a equipe de planejamento; Falta de capacitação da equipe.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Excesso ou insuficiência das quantidades contratadas

Ações Preventivas	
P-01	Capacitação da equipe de planejamento; Utilização de formulários específicos e detalhados; Responsável: Disponibilidade da memória de cálculo no ETP; Utilização de mecanismos de comunicação bem estruturados. nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Realização de nova contratação, em caso de quantidade subestimada; Cancelamento da contratação. Responsável: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Licitação deserta.	Pesquisa de preço mal elaborada ou desatualizada. Erro no agrupamento. Inexistir empresa no mercado que atenda ou tenha interesse ao escopo da contratação. Exigências excessivas no edital. Falta de atratividade do objeto contratual (Margem de lucro baixa ou Objeto complexo).	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos	
1	Ausência de propostas, atraso na contratação
Ações Preventivas	
P-01	Estudo de mercado prévio: Identificar com antecedência se há empresas interessadas e com capacidade para fornecer o objeto da licitação. Valores compatíveis com o mercado: Garantir que os preços de referência estejam atualizados e realistas. Preços defasados ou subavaliados desmotivam propostas.
Responsável: nenhum	
Ações de Contingência	
C-01	Mobilização imediata da equipe de planejamento para acelerar a elaboração dos documentos do novo processo; Negociação com o fornecedor atual para extensão contratual, se juridicamente possível, com base na justificativa da manutenção de serviço essencial; Realização de adesão; Realização de dispensa ; Padronização de checklists; Elaboração de nota técnica ou relatório circunstanciado justificando os motivos do atraso e as medidas corretivas adotadas; Ações de comunicação institucional transparente com os usuários, explicando o ocorrido e os prazos para normalização; Solicitação formal de acompanhamento ou orientação ao órgão de controle, demonstrando boa-fé e diligência; Registro e arquivamento de toda a documentação comprobatória das ações de contingência para futuras auditorias; Negociação direta com fornecedores em contrato emergencial;
Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Licitação malsucedida (fracassada/revogada /anulada)	Erros no edital ou falhas procedimentais	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos	
1	Perda de tempo e recursos, atraso no atendimento da demanda
Ações Preventivas	
P-01	Elaborar Termo de Referência claro e detalhado: evita interpretações erradas do objeto, garantindo que os licitantes compreendam exatamente o que é exigido. Elabora edital com exigências compatíveis com o mercado: exigências técnicas, qualificações ou documentações muito restritivas ou incomuns afastam ou eliminam fornecedores qualificados. Treinar a equipe que elabora o edital: Uma equipe bem treinada reduz riscos de erros que gerem desclassificações por inconsistência de critérios.
Ações de Contingência	
C-01	Prorrogação contratual emergencial (quando legalmente possível); Contratação emergencial fundamentada; Mobilização imediata da equipe de planejamento para acelerar a elaboração dos documentos do novo processo; Negociação com o fornecedor atual para extensão contratual, se juridicamente possível, com base na justificativa da manutenção de serviço essencial; Realização de adesão; Realização de dispensa ; Padronização de checklists; Elaboração de nota técnica ou relatório circunstanciado justificando os motivos do atraso e as medidas corretivas adotadas; Ações de comunicação institucional transparente com os usuários, explicando o ocorrido e os prazos para normalização; Solicitação formal de acompanhamento ou orientação ao órgão de controle, demonstrando boa-fé e diligência; Registro e arquivamento de toda a documentação comprobatória das ações de contingência para futuras auditorias; Negociação direta com fornecedores em contrato emergencial;

Responsável:

nenhum

Responsáveis:

JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	Selecionar empresas sem a qualificação necessária.	Critérios mal definidos no edital ou no termo de referência. Análise superficial ou equivocada da documentação exigida. Fraudes ou falsificações em atestados de capacidade técnica. Desconhecimento ou má interpretação das exigências editalícias. Pressão para concluir rapidamente a contratação. Ausência de diligência complementar pela equipe técnica.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Conluio entre fornecedores ou favorecimento indevido. Uso indevido de empresas “de fachada” ou laranjas

Impactos	
1	Dificuldade no alcance de objetivo e custo elevado
Ações Preventivas	
P-01	Definir critérios de habilitação compatíveis com a complexidade do objeto: Exigir documentação técnica (atestados, certificações, registros) que realmente comprove capacidade, sem exagerar nem subestimar. Revisão prévia do edital por equipe técnica e jurídica: Garantir que os critérios de qualificação estão bem redigidos, claros e justificáveis. Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Acionamento de garantias contratuais (caução, seguro-garantia etc.); Aplicação de penalidades previstas no contrato (advertência, multa, suspensão); Substituição do fornecedor por inadimplemento, conforme cláusulas contratuais; Execução parcial com recursos próprios até nova contratação; Designação de força-tarefa para agilizar análise de documentos e recursos; Comunicação imediata às áreas demandantes sobre impactos nos prazos; Redistribuição de demandas para outros contratos vigentes (quando possível); Realização de adesão; Reavaliação da alocação de pessoal e equipamentos; Justificativa técnica e formalização de aditivos contratuais; Acionamento imediato da assessoria jurídica ou procuradoria; Reunião de toda documentação comprobatória do descumprimento; Avaliação da viabilidade de acordo extrajudicial para mitigar prejuízos.; Adoção de medidas paliativas para manter a continuidade mínima do serviço; Comunicação transparente com os usuários afetados sobre o problema e prazos. Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-14	Não apresentação das exigências de habilitação.	Desconhecimento ou despreparo dos licitantes. Edital com exigências excessivas ou desproporcionais. Erro ou omissão dos fornecedores na montagem da documentação. Documentação vencida ou irregular.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos	
1	Atraso no processo licitatório, risco de preços maiores
Ações Preventivas	
P-01	Abrir prazo razoável entre publicação e entrega das propostas: Prazo curto pode levar a erros ou documentos incompletos. Exigências proporcionais e justificadas: Documentos em excesso ou desnecessários aumentam as chances de erros. Exigir apenas o necessário Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Designar equipe técnica para monitoramento intensivo nos primeiros dias de execução; Realização de adesão; Contratação por dispensa ou inexibilidade; Responsável: nenhum

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	Aceitação de proposta inexequível ou acima do valor estimado	Planilha de custos e formação de preços mal elaborada. Ausência de cláusulas objetivas no instrumento convocatório sobre as condições de exequibilidade. Aceitação de proposta fora dos padrões por desconhecimento técnico ou econômico. Pressa na contratação e negligência na análise das propostas. Propostas com “preço de entrada”(valores irreais) para garantir vitória no certame. Desatualização ou falhas na pesquisa de preços da administração. Conluio ou favorecimento indevido, possível irregularidade dolosa para beneficiar determinado fornecedor.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos	
1	Risco de execução inviável e prejuízo financeiro
Ações Preventivas	
P-01	Elaborar pesquisa de preços detalhada e atualizada que reflita os preços de mercado, utilizando diversas fontes, conforme legislação vigente. Definição clara de critérios de aceitabilidade no edital. Promover treinamentos contínuos das equipes responsáveis pelo planejamento da contratação e agentes de contratação. Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Aplicação de sanções contratuais; Contratação emergencial; Realização de adesão com vistas a substituição da empresa; Execução das garantias contratuais; Responsável: nenhum

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	Contratar de forma que não atenda aos requisitos do processo	Equipe técnica sem capacitação adequada. Instrumento convocatório e seus anexos eivados de vícios de legalidades. Desconhecimento ou descumprimento da legislação vigente. Pressão política ou administrativa para acelerar a contratação. Ausência de controle interno	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

seletivo e da Lei. eficaz. Falta de segregação de funções. Documentação incompleta ou divergente no processo. Uso indevido de hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Impactos	
1	Risco de execução inviável e prejuízo financeiro
Ações Preventivas	
P-01	Promover treinamentos contínuos das equipes responsáveis pelo planejamento da contratação e agentes de contratação. Revisão jurídica e técnica do edital: Antes da publicação, revisar cuidadosamente o edital para evitar cláusulas ambíguas, inexequíveis ou contraditórias. Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Realizar contratação emergencial Formalizar novo processo de contratação com urgência, com apoio técnico e jurídico para evitar novos vícios. Apuração de responsabilidades Garantir assistência jurídica adequada ao gestor, especialmente se atuar de boa-fé. Iniciar auditoria interna para identificar falhas sistêmicas e subsidiar a defesa técnica. Estabelecer medidas disciplinares ou de responsabilização conforme os resultados da apuração, demonstrando boa governança. Realização de adesões; Comunicar imediatamente às unidades afetadas e ao público externo sobre a paralisação e prazos de normalização. Redirecionar recursos e equipes para minimizar os efeitos da interrupção até a normalização. Instaurar processo de tomada de contas especial para apurar responsabilidades e quantificar prejuízos. Instaurar ação de ressarcimento. Acionar garantias contratuais, como cauções, seguros ou fianças. Realizar ajustes orçamentários e financeiros para compensar os prejuízos. Apresentar defesa administrativa com base em documentos e relatórios técnicos que demonstrem boa-fé, correções adotadas e melhoria dos controles internos. Revisar e reformular os procedimentos internos de contratação pública para evitar reincidências. Buscar apoio institucional junto aos órgãos superiores para negociação ou mitigação das sanções. Responsável: nenhum

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-17	Pedido de esclarecimento /Impugnação ao Edital	Cláusulas ambíguas, confusas ou contraditórias no edital e/ou anexos. Exigências excessivas ou desproporcionais. Instrumento convocatório e /ou seus anexos contendo erros formais, materiais ou vícios de legalidade. Desconhecimento do mercado. Interpretação equivocada do Edital pelos licitantes.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos	
1	Suspensão ou atraso da licitação
Ações Preventivas	
P-01	Elaborar TR e edital claro e consistente Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Comunicação imediata a todos os envolvidos (setores requisitantes, fornecedores). Realização de adesões para suprir as necessidades. Utilização de ferramentas de gestão de processos e fluxos (sistemas que automatizem ou agilizem partes da análise documental.) Realocação de recursos (outros contratos) para atender temporariamente a licitação suspensa ou adiada Solicitar auxílio jurídico à PGF ou contratação de empresa especializada em serviços jurídicos especializados em licitações e contratos. Responsável: nenhum

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	Homologação em licitação divergente em valor	Equipe técnica sem capacitação adequada. Lapso do agente de contratação (pregoeiro). Erro de lançamento ou digitação durante o cadastro do processo licitatório. Desatenção ao valor final negociado após lances ou rodada de negociação. Sistema eletrônico com falhas ou inconsistências. Pressa ou excesso de processos simultâneos.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos	
1	Risco de questionamento jurídico e prejuízo financeiro
Ações Preventivas	
P-01	Promover treinamentos contínuos dos agentes de contratação; Revisão dos valores antes da homologação. Responsável: nenhum
Ações de Contingência	
C-01	Registro detalhado e fundamentado da decisão administrativa para justificar qualquer divergência, minimizando a possibilidade de ilegalidade. Anulação parcial do certame ou retomada da fase correspondente, conforme previsto na legislação, com base em parecer jurídico. Consulta e manifestação prévia da assessoria jurídica sobre a legalidade dos atos durante o processo licitatório. Formalização de nova contratação emergencial, se necessário, para garantir a continuidade do serviço essencial. Responsabilização administrativa e/ou judicial dos servidores e gestores envolvidos, quando cabível. Adoção de processo administrativo disciplinar (PAD) para apuração de falhas na condução da contratação. Registro da nulidade no sistema de gestão de contratos para controle e aprendizado institucional. Execução das garantias contratuais (como Responsável: nenhum

caução, fiança ou seguro garantia). Elaboração de relatório técnico explicativo justificando os fatos e as providências tomadas para mitigar os impactos. Inclusão de documentação comprobatória de correções e ajustes realizados após a detecção do problema.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-19	Vencimento da validade da proposta	Ausência de comunicação ao setor requisitante da homologação do pregão. Falta de monitoramento ativo da validade das propostas. Não formalização do processo para assinatura do contrato ou instrumento pelo setor requisitante.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Monitorar prazos de validade

Ações Preventivas

P-01 Promover a adequada comunicação via e-mail/memorando/outro com o setor requisitante sobre a homologação da licitação; Elaborar fluxogramas e orientar os setores responsáveis sobre as demais fases do processo. **Responsável:** nenhum

Ações de Contingência

C-01 Reavaliar a possibilidade de convocar o segundo colocado, conforme as regras do edital. Registrar o ocorrido em relatório para melhoria do planejamento em futuras contratações. Acionar parecer jurídico para verificar alternativas legais de continuidade do processo. Instituir força-tarefa para elaboração e tramitação do novo processo com maior celeridade. Informar as partes interessadas (usuários finais, gestores) sobre o novo prazo de contratação. Estudar a possibilidade de remanejamento de contratos vigentes ou utilização de contratos similares de outras unidades (adesão a atas, por exemplo). Avaliar contratação emergencial, se cabível e justificada. Redistribuir tarefas e prazos na equipe para minimizar impactos operacionais. Registrar os retrabalhos como lições aprendidas e revisar os procedimentos internos. Reforçar treinamentos sobre prazos e marcos críticos da contratação com os envolvidos. Digitalizar e padronizar partes do processo para facilitar reutilização e reduzir esforço futuro. Elaborar relatório circunstanciado com registros de todas as ações e decisões tomadas, justificando a condução do processo. Solicitar apoio do setor jurídico para análise e elaboração de defesa administrativa ou judicial, se necessário. Comunicar formalmente a autoridade competente sobre o ocorrido e as providências adotadas. Rever e reforçar mecanismos de controle e supervisão para evitar reincidência. Solicitar apoio do setor jurídico para análise e elaboração de defesa administrativa ou judicial, se necessário. Comunicar formalmente a autoridade competente sobre o ocorrido e as providências adotadas. Rever e reforçar mecanismos de controle e supervisão para evitar reincidência. **Responsável:** nenhum

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-20	Inexecução parcial ou total do objeto contratado	Causas imputáveis à contratada: Incapacidade técnica ou operacional; Dificuldade financeira; Mau planejamento; Fraude ou má-fé; Descumprimento de cláusulas contratuais. Causas imputáveis à Administração Pública: Atraso no pagamento; Omissão na fiscalização; Mudanças frequentes no objeto ou cronograma. Causas por caso fortuito ou força maior: Calamidades públicas; Conflitos sociais ou greves; Problemas logísticos excepcionais.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos

1 Prejuízo ao erário e não atendimento das demandas

Ações Preventivas

P-01 Planejamento adequado da contratação; Habilitação rigorosa da contratada; Clareza e objetividade nas cláusulas contratuais; Garantia contratual; Fiscalização contínua e eficaz; Gestão eficiente de pagamentos; Capacitação dos agentes públicos; Monitoramento de riscos; Diálogo constante com a contratada. **Responsável:** nenhum

Ações de Contingência

C-01 Notificação formal da contratada; Aplicação de sanções contratuais; Execução da garantia contratual; Assunção direta da execução (nos limites legais); Rescisão unilateral do contrato; Contratação emergencial; Planejamento de nova contratação; Convocação da segunda colocada (quando possível); Ações judiciais e cobrança de prejuízos; e Abertura de tomada de contas especial. **Responsáveis:** JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
		Falta de capacitação técnica dos fiscais, que não dominam os aspectos legais e operacionais do contrato. Acúmulo de funções pelos servidores, dificultando a dedicação adequada à fiscalização. Rotatividade frequente na equipe, com trocas de fiscais sem a devida transição ou treinamento. Desmotivação ou falta de engajamento, decorrente de ausência de reconhecimento institucional ou sobrecarga de				

R-21	Falta de atuação da equipe de fiscalização (Fiscalização contratual inadequada e /ou insuficiente)	trabalho. Desconhecimento das obrigações e responsabilidades do fiscal, inclusive quanto às sanções previstas em caso de omissão. Inexistência ou fragilidade de normativos internos, como manuais de fiscalização, planos de fiscalização ou orientações formais. Designação formal sem acompanhamento prático, ou seja, o servidor é nomeado fiscal por portaria, mas não atua de fato. Falta de supervisão da atuação dos fiscais por parte da gestão (chefias imediatas ou setor responsável pelo contrato). Carência de sistemas de controle e acompanhamento, que monitorem o cumprimento das obrigações contratuais. Falta de integração entre setores, como requisição, planejamento, fiscalização e liquidação da despesa. Deficiência na estrutura de apoio ao fiscal, como ausência de relatórios-padrão, checklists e ferramentas digitais. Número insuficiente de servidores para compor uma equipe de fiscalização efetiva, especialmente em contratos complexos.	Gestão de Contrato	Administração	Alto
1	Impactos Descumprimento contratual não identificado				
P-01	Ações Preventivas				
	1. Capacitação e Formação Contínua Ofertar treinamentos periódicos sobre fiscalização contratual, com ênfase na legislação (Lei 14.133/21, IN 05/2017, etc.), responsabilidades e boas práticas. Desenvolver trilhas de aprendizagem específicas para fiscais e gestores de contratos (presenciais, EAD, microcursos). Divulgar cartilhas e guias internos com orientações práticas e checklists para cada tipo de contrato (serviços, obras, tecnologia etc.). 2. Melhoria na Designação e Acompanhamento dos Fiscais Garantir que a designação de fiscais seja feita com base em critérios técnicos, levando em conta perfil, disponibilidade e conhecimento. Estabelecer procedimentos de transição sempre que houver troca de fiscais, com registros documentais da situação do contrato. Implementar sistema de monitoramento da atuação dos fiscais (por exemplo, no SIPAC), com prazos para inserção de relatórios e registros. 3. Apoio Institucional e Gerencial Fortalecer a atuação das unidades responsáveis pela gestão contratual, como a Gerência de Contratos e a Diretoria Administrativa. Incluir o tema “execução contratual” nas metas institucionais e nos planos de integridade, priorizando a fiscalização como atividade estratégica. Incentivar a formalização de planos de fiscalização com periodicidade mínima definida e modelo-padrão. 4. Normatização e Padronização Criar ou revisar normas internas específicas sobre atribuições dos fiscais e procedimentos mínimos de acompanhamento dos contratos. Padronizar instrumentos de fiscalização, como: Relatórios mensais, Planilhas de verificação de conformidade, Modelos de registro de não conformidade. 5. Gestão de Pessoas e Carga de Trabalho Avaliar periodicamente a carga de trabalho dos fiscais, evitando sobrecarga e acúmulo de funções incompatíveis. Reconhecer institucionalmente o trabalho dos fiscais, por meio de certificações internas, elogios funcionais ou inclusão nas avaliações de desempenho. 6. Uso da Tecnologia da Informação Aprimorar o uso dos sistemas institucionais, como o SIPAC, para registrar: Acompanhamento da execução, Pendências, Não conformidades, Comunicação com as contratadas. Implantar sistemas de alerta e lembretes automáticos para vencimentos de prazos, entregas e obrigações contratuais. 7. Cultura Organizacional e Comunicação Promover campanhas institucionais para valorização da fiscalização contratual, reforçando a importância e o impacto da atuação dos fiscais. Realizar reuniões periódicas entre fiscais, pregoeiros e requisitantes para troca de experiências e alinhamento.				nenhum
C-01	Ações de Contingência				
	1. Intervenção Imediata na Gestão Contratual Substituir imediatamente o fiscal omissor ou inoperante, com nova designação formal, comunicando à contratada. Designar fiscal substituto ou equipe de apoio temporária, preferencialmente com experiência ou capacitação técnica adequada. 2. Diagnóstico da Execução Contratual Realizar auditoria interna emergencial ou força-tarefa para avaliar o estágio da execução contratual (inclusive com visita in loco, se aplicável). Solicitar à contratada relatórios e documentos comprobatórios, como notas fiscais, ordens de serviço, comprovantes de entrega, diários de obra ou atas de reuniões. 3. Correção Documental Regularizar os registros obrigatórios, como relatórios de acompanhamento, termos de recebimento e registros de não conformidades, mesmo que de forma retroativa. Formalizar um relatório circunstanciado detalhando o período de ausência de fiscalização, seus efeitos e as providências adotadas. 4. Ações Administrativas e Corretivas Notificar a contratada para reapresentação de entregas ou correções, se identificadas falhas na execução. Suspender pagamentos em caso de dúvidas sobre a conformidade da entrega, até que a situação seja devidamente regularizada. Registrar e apurar responsabilidades administrativas dos servidores designados que se omitiram, conforme previsto no Estatuto do Servidor e normas internas. 5. Fortalecimento da Fiscalização Pós-Ocorrência Instituir plano de fiscalização intensiva para os contratos afetados, com periodicidade menor (ex: semanal), até a plena normalização. Criar grupo de apoio técnico ou comissão especial temporária, com				Responsável: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO

membros de setores estratégicos (engenharia, jurídico, planejamento, setor requisitante). 6. Comunicação Institucional Comunicar formalmente à chefia imediata, à autoridade superior e, se necessário, ao setor jurídico ou corregedoria, sobre a ocorrência e as medidas adotadas. Manter o processo administrativo devidamente instruído, garantindo a rastreabilidade das decisões e da responsabilização. 7. Prevenção de Reincidência Revisar os critérios de designação de fiscais, incluindo verificação prévia de disponibilidade e capacitação. Atualizar normativos internos e fluxos de trabalho, incluindo gatilhos de substituição automática ou acionamento de auditoria em caso de inatividade. Avaliar a inclusão de cláusulas contratuais que reforcem o dever de prestação de contas periódica por parte da contratada, facilitando o controle mesmo em momentos críticos.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-22	Aplicação incorreta ou omissão de penalidades por descumprimento contratual	Falta de capacitação dos fiscais e gestores de contratos; Desconhecimento das cláusulas contratuais e da legislação aplicável. Ausência de procedimentos padronizados para aplicação de penalidades Insegurança quanto às etapas e à formalização das sanções. Desatualização ou fragilidade nos instrumentos de fiscalização Inexistência de checklists, relatórios técnicos ou mecanismos de acompanhamento efetivo. Pressões internas ou externas para não aplicar penalidades Interferência política, institucional ou pessoal que compromete a imparcialidade. Acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho dos fiscais Dificuldade em acompanhar e registrar adequadamente os descumprimentos. Falta de articulação entre a fiscalização, a procuradoria e a autoridade competente para sancionar Dificuldade de encaminhamento e tratamento dos processos sancionadores.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos

1 Descredibilização da gestão e reincidência de falhas

Ações Preventivas

P-01 Estabelecer critérios objetivos no TR e capacitar fiscais

Responsável:

nenhum

Ações de Contingência

C-01 Reavaliar processo e aplicar penalidades retroativas

Responsável:

nenhum

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-23	Contratada não manifesta interesse na prorrogação de vigência do contrato	Desequilíbrio Econômico-financeiro do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos

1 Interrupção na continuidade dos serviços

Ações Preventivas

P-01 Reajustes, reequilíbrio do contrato, dentro das possibilidades legais

Responsável:

nenhum

Ações de Contingência

C-01 Nova licitação

Responsável:

nenhum

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	A empresa está impedida de contratar	Causas Legais e Administrativas: Sanções administrativas aplicadas pela Administração Pública, como: Impedimento de licitar e contratar (art. 156 da Lei nº 14.133/2021); Declaração de inidoneidade para licitar e contratar; Suspensão temporária de participação em licitações (na vigência da Lei nº 8.666/1993, se ainda aplicável). Descumprimento de cláusulas contratuais, fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, resultando em penalidades que impedem a contratação. Fraudes ou irregularidades comprovadas em licitações ou contratos anteriores. Apresentação de documentos falsos durante processos licitatórios ou na execução contratual. Causas de Ordem Econômico-Financeira: Inadimplemento fiscal ou trabalhista, como: Débitos em aberto com Receita Federal, INSS, FGTS ou outros órgãos públicos; Não apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas no momento da prorrogação. Deterioração da				

R-24	no momento da saúde financeira da empresa, levando a falência, Gestão de Contrato	Administração	Alto	prorrogação de recuperação judicial ou insolvência, o que pode ser impeditivo dependendo do contrato. Causas Éticas e de Integridade: Violação dos princípios da moralidade administrativa, tais como: Prática de atos de corrupção; Suborno; Conluio em licitações; Lavagem de dinheiro; Outras infrações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Causas Técnicas ou Documentais: Perda de habilitação técnica, operacional ou jurídica, como: Não manutenção de condições de qualificação exigidas no edital (ex.: certificados, licenças, registros); Ausência ou irregularidade na atualização de documentos obrigatórios no momento da prorrogação. Causas Relacionadas à Governança da Empresa: Falta de controle interno eficiente, que leva ao descumprimento de obrigações contratuais e legais. Má gestão dos riscos e da conformidade, resultando no acúmulo de penalidades e sanções. Inabilitação da empresa		
Impactos						
1	Descontinuidade do serviço					
Ações Preventivas						
P-01	A serem tomadas pelas Administração Pública: Planejamento e Gestão Contratual Efetiva; Análise Responsável: antecipada antes da prorrogação; Cláusulas contratuais robustas; Capacitação dos gestores e fiscais de contratos; Gestão de riscos; Consultas contínuas ao SICAF e demais certidões. Pela Empresa Contratada: Manutenção da regularidade, Governança e Compliance; Gestão financeira responsável; Cultura de integridade.					nenhum
Ações de Contingência						
C-01	Planejamento Antecipado para Substituição; Contratação Emergencial; Antecipação de Novo Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-25	Pagamento sem considerar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido em contrato	Desconhecimento do propósito do IMR; Falta de aplicação dos termos estabelecidos no contrato; Deficiência dos controles instituídos; falha da fiscalização	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Exigir comprovação com base no IMR					
Ações Preventivas						
P-01	Capacitação em IMR					Responsável: nenhum
Ações de Contingência						
C-01	No caso de prejuízo ao erário abertura de processo de responsabilização; Apurar o valor que não foi ajustado pelo IMR e efetuar o ajuste em faturas seguintes com a devida justificativa.					Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-26	Demora na prestação de informações solicitadas pela Contratante ou por seus prepostos.	Descumprimento contratual	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atrasos na gestão do contrato					
Ações Preventivas						
P-01	Melhorar comunicação com a empresa/Fiscalização contínua					Responsável: nenhum
Ações de Contingência						
C-01	Aplicar advertências e sanções					Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-27	Perda das condições de habilitação da contratada durante a	Fatores externos imprevisíveis ao contrato(morte, fim da sociedade, rescisão contratual com outros órgãos, penalizações, crise	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

execução econômica, nova legislação, etc); Aplicação de penalidade que restrinja a capacidade econômico-financeira da contratada.

Impactos	
1	Fragilidade na gestão e possíveis nulidades
Ações Preventivas	
P-01	Análise das condições de manutenção de habilitação no momento da prorrogação; emissão de certidões negativas
Responsável: nenhum	
Ações de Contingência	
C-01	Rescindir contrato e convocar remanescente/ Nova Contratação
Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-28	Ingerência na atuação do gestor ou do fiscal de contratos	Cultura patrimonialista; pessoalidade no trato com os terceirizados; fragilidade na disseminação das condutas éticas esperada dos agentes de contratação e de autoridades; não observação do código de ética.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos	
1	Fragilidade na gestão e possíveis nulidades
Ações Preventivas	
P-01	Definir claramente atribuições formais
Responsável: nenhum	
Ações de Contingência	
C-01	Formalizar ocorrências e acionar instâncias superiores
Responsável: nenhum	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-29	Ineficácia da garantia contratual	Garantia mal definida ou insuficiente	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos	
1	Prejuízo ao erário em caso de inadimplemento
Ações Preventivas	
P-01	Definir garantias adequadas no contrato
Responsável: nenhum	
Ações de Contingência	
C-01	Acionar garantia e exigir complementação
Responsáveis: JOSE ANTONIO RAMOS DA COSTA FILHO, PEDRO JOSE GOMES RODRIGUES	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-30	Atraso no pagamento à contratada	Problemas orçamentários ou de gestão financeira	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos	
1	Paralisação de serviços, passivos financeiros
Ações Preventivas	
P-01	Planejamento orçamentário adequado
Responsável: nenhum	
Ações de Contingência	
C-01	Reprogramação de pagamentos
Responsável: nenhum	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-31	Alteração contratual indevida	Má gestão ou desconhecimento da legislação	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos	
1	Nulidade contratual e responsabilização
Ações Preventivas	
P-01	Estabelecer critérios claros para aditivos
Responsável: nenhum	
Ações de Contingência	
C-01	Anular alterações irregulares
Responsável: nenhum	

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.

RASCUNHO